

Acta N.º17/07

_____ Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de dois mil e sete, no edifício sede desta autarquia, e na sala de reuniões, compareceram para realizar uma reunião ordinária, pelas vinte e uma horas, os seguintes membros da Junta de Freguesia: António do Nascimento Lopes, como Presidente; Rita Margarida Teresa Mendes como Secretária; Manuel de Jesus Ferreira Escalhorda, como Tesoureiro; Fernando António Domingues, como Primeiro Vogal e Jorge da Silva Lopes, como Segundo Vogal: _____

Abertura da Reunião

_____ E sendo vinte e umas horas e estando todos os membros presentes, o senhor Presidente declarou aberta a reunião. _____

_____ Agenda da reunião proposta pelo senhor Presidente e aprovada por unanimidade: _____

1– Saldo da Junta de Freguesia

_____ Pelo senhor Presidente foi informado que o saldo da Junta de Freguesia de Pombal, deste dia é de: _____

_____ Caixa Geral de Depósitos – Dezanove mil, seis euros e dezasseis cêntimos.

_____ Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – Trinta e oito mil treze euros e trinta e seis cêntimos. _____

_____ Numerário Caixa – Mil trezentos e dez euros e oitenta e três cêntimos. _____

_____ Saldo Global – Cinquenta e oito mil, trezentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos. _____

_____ Saldo Orçamental – Cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e seis euros e cinquenta e dois cêntimos. _____

_____ **2 – Alteração ao Plano Director Municipal de Pombal – Enquadramento da Instalação do Parque Eólico da Serra da Sicó – Resultados do Período de Discussão Pública.** _____

_____ Foi pelo senhor Presidente apresentado a Alteração ao Plano Director Municipal que se transcreve: _____

_____ “Para cumprimento do disposto no n.º 10 do artigo 77º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto – Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, Diogo Alves Mateus Vereador Substituto do Presidente da Câmara de Pombal, torna Público que a Câmara Municipal de

Pombal, na reunião realizada em 30 de Março de 2007, deliberou proceder à Discussão Pública da alteração ao Plano Director Municipal de Pombal a fim de enquadrar a instalação do Parque Eólico da Serra da Sicó, estabelecendo um período de 44 dias úteis, com início a partir do 15º dia útil após a publicação do aviso no Diário da República.

A abertura do período da Discussão Pública foi efectuada através do Aviso nº 10246/2007, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 108, de 5 de Junho de 2007, e, da divulgação de Avisos em dois jornais de expansão Local – Jornal “O Eco”, de 26 de Abril de 2007 e “Jornal das Meirinhas”, de Abril de 2007, e um jornal de expansão nacional – “Diário de Notícias”, de 25 de Abril de 2007, e bem como, através da afixação de Editais no Município de Pombal e Freguesias de Abiúl, Pombal, Redinha e Vila Cã.

O período de Discussão Pública decorreu entre 28 de Junho e 29 de Agosto de 2007, não tendo sido apresentada, nesse período, qualquer reclamação, observação, sugestão ou pedido de esclarecimento.

Face à inexistência de reclamações ou sugestões relativas à proposta de alteração do Plano Director Municipal de Pombal, a Câmara deliberou, na reunião celebrada em 31 de Agosto de 2007, submeter a alteração ao Plano a parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para posterior aprovação”.

O Executivo tomou conhecimento e congratula-se pelo facto de a alteração ao Plano Director Municipal de Pombal tornar efectiva a instalação das hélices que servirão para produção de energia eólica, tornando assim mais acessível e obviamente mais barata a energia eléctrica que cada um consome.

3 – Movimento Cívico pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde.

Foi pelo senhor Presidente apresentada uma circular, que se transcreve, bem como o conteúdo de uma carta aberta ao Sr Ministro da Saúde:

” Insensível às muitas acções de protesto realizadas por todo o país, promovidas por autarquias, Comissões de Utentes e outras organizações e às propostas, opiniões e sugestões feitas e emitidas por estas organizações e por muitos profissionais do sector de saúde, o Governo teima em prosseguir com uma política que, no fundamental prejudica Utentes e trabalhadores da saúde, degradando a qualidade dos serviços, encarecendo os seus custos, pondo em causa o próprio funcionamento do SNS.

Desagrados e preocupados com a evolução de todas estas situações, decidiram um conjunto de estruturas, Movimento de Utentes dos Serviços Públicos – MUSP, União dos Sindicatos de Lisboa, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato dos Médicos da Zona Sul e Comissões de Utentes, avançar para a organização de um conjunto de acções de protesto e reivindicação a terem lugar nos próximos dias: 21/09/2007 uma vigília junto ao Ministério da Saúde em Lisboa,

com início às 11h30 e terminus previsto para as 20h30, para procedermos à entregada carta aberta que enviamos junto, com a participação de estruturas que a subscrevam.

_____ 22/09/2007 Realização de acções nas localidades onde encerraram ou vão encerrar serviços, onde os profissionais de saúde são insuficientes para as necessidades da população, onde as instalações não oferecem condições mínimas para o atendimento dos utentes nem para os profissionais de saúde que desempenham as suas funções, com a qualidade a que os utentes têm direito e outras situações na área da saúde que afectam as populações.

_____ Considerando a gravidade que todas estas situações representam para a grande maioria dos portugueses e por isso mesmo a necessidade de serem tomadas as medidas que consideramos como as mais adequadas e capazes de fazer com que o Governo repense a sua política para a área da saúde, tendo em conta os direitos dos utentes e respectivos trabalhadores, permitem-se as estruturas referidas apelar à subscrição da carta aberta por parte da autarquia a que V. Exa. Mui dignamente preside.

_____ Confiantes que terá em consideração o solicitado, subscrevemo-nos com respeitosos e Cordiais cumprimentos. – Movimento Cívico pela Defesa do SNS”.

_____ Carta Aberta ao Ministro da Saúde – “ as políticas de saúde que têm sido desenvolvidas pelo Governo através do respectivo Ministério que tutela, de forma insensível, autoritária, e sob a capa da melhoria da qualidade, economia de recursos, melhores serviços para os utentes/doentes e com a garantia de acesso a mais e melhores cuidados de saúde, revelam de facto as verdadeiras intenções de destruir e acabar com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), entregando aos grupos económicos privados com interesses nesta área, os meios para fazerem negócio com a nossa Saúde.

_____ Estas medidas apenas visam mercantilizar o bem saúde transformando-o num privilégio de ou para alguns em detrimento de ser um direito universal de todos.

_____ Vejamos:

_____ 1 – Encerramento de Unidades e Estabelecimentos de Saúde.

_____ Encerrar unidades e estabelecimentos de saúde, um pouco por todo o território nacional, com especial relevo, devido às suas consequências exacerbadadas, nas zonas mais isoladas e distantes dos grandes centros urbano, que são também aquelas onde a população é mais envelhecida, onde se verificam mais dificuldades de acessos e onde não existem transportes públicos, só vem prejudicar e isolar os mais carenciados, os de menores recursos económicos e potenciar a desertificação das regiões periféricas. É uma pretensa redução de custos que põe em causa os já limitados recursos dos mais desfavorecidos.

_____ O Impacto das actuais medidas, ao contrário do que é afirmado, apenas favorece o desperdiçar de mais recursos financeiros. Também o fecho de

estabelecimento e unidades de saúde junto às populações, tem contribuído para que as soluções encontradas sejam de recurso e em nada favoreçam as necessidades em cuidados de saúde das nossas populações. Situações de deslocação durante longos quilómetros para ter acesso a cuidados de saúde – aumentando os custos e o atendimento tardio de situações urgentes, são consequências visíveis e práticas destes indiscriminados encerramentos.

Os cuidados de saúde mental e psiquiátrica, têm sido aqueles que sucessivamente têm sido menos valorizados, onde se investe menos e que, como tal, possuem menores recursos.

Alguns Hospitais Psiquiátricos, meramente por questões economicistas, estão também na iminência de fechar. A maioria da população que já tem difícil acesso a cuidados de saúde mental e psiquiátrica poderá ver ainda mais reduzido o recurso a este tipo de cuidados, ficando apenas à mercê dos cuidados privados. Os utentes que necessitam destes cuidados vêem-se assim confrontados com mais dificuldades na integração social na plena reabilitação.

O argumento da alegada inoperância ou falta de números assistenciais que justifiquem a manutenção em funcionamento de serviços públicos, é desmentido quando nos mesmos locais em que se encerram estes serviços, instalam-se unidades de saúde geridas por privados, que agora sim, têm caminho aberto para arrecadar chorudos lucros com a imperiosa necessidade das populações recorrerem aos serviços de saúde, habituando-se a pagar e cada vez mais, por um direito que lhes é consagrado na Constituição da República Portuguesa (CPR), mas que o Governo, por causa de tais políticas teima em retirar-lhes.

Ao justificar o encerramento de valências hospitalares, dos centros de saúde (CS), extensões e serviços de atendimento permanente (SAP's) por não terem qualidade, fundamentando a sua opinião nos escassos recursos humanos e materiais que dispõem (cuja responsabilidade é única e exclusiva do Governo que integra) – não está a atender às necessidades das populações que continuam a reivindicar o seu funcionamento.

2 – Ofensiva Sobre os Cuidados de Saúde Primários

Os Cuidados de Saúde Primários (CPS) são o pilar central de todo o SNS. A promoção da saúde e a prevenção da doença beneficia toda a população e diminui, indirectamente, os custos com a saúde, pois diminuem a compra de medicamentos, a necessidade de cuidados hospitalares, os gastos com exames complementares e o recurso a internamentos.

Foi a rede de CS e a implementação dos CSP, que surgiram com a criação do SNS, após a Revolução de Abril, que permitiram os maiores ganhos em saúde, como revelam os indicadores de saúde a nível nacional. Exemplos concretos são o aumento da esperança média de vida (em 1970 era de 68 anos e em 2003 de 76,2), a diminuição da taxa de mortalidade infantil (1970 era 58,6 por 1000 e em 2002 era

de 5 por 1000) e a diminuição da taxa de mortalidade neonatal (em 1970 era 38,9 por 1000 e em 2002 era de 3,4 por 1000). _____

_____ O fraco investimento verificado nesta área de cuidados em detrimento da aposta no tratamento da doença tem agravado as já deficitárias situações verificadas nos CS. Contudo, este desinvestimento tem também consequências gravosas no que diz respeito aos recursos humanos e materiais e às instalações inadequadas e disfuncionais onde funcionam muitas destas unidades de saúde. _____

_____ Verificamos que muitos idosos e deficientes que necessitam de apoio domiciliário, não são acompanhados por não existirem recursos humanos suficientes nos CS, nem apoios sociais públicos, transferindo esta área de competência dos cuidados para as mãos dos privados que regozijam com a abertura de lares e residências de luxo, algumas delas de qualidade duvidosa. _____

_____ A definição, programação e a orientação a nível nacional da organização dos CSP é indispensável para o seu funcionamento, para uma racionalização de recursos e aquisição de melhores resultados. É um erro notório esvaziar estes cuidados, descentralizá-los, e deixá-los a cargo das Autarquias. A “municipalização” destes cuidados, é um erro grave que irá determinar um retrocesso significativo na saúde da população e irá encarecer estes cuidados, acabando por serem entregues a empresas privadas que apenas verão neste processo mais um meio para obtenção de lucro com a saúde das populações. _____

_____ Melhorar, desenvolver e fortalecer o investimento nos CSP, pilar central dos cuidados de saúde, fortalecerá o seu funcionamento, a sua organização e o seu papel fundamental de promoção da saúde e prevenção da doença, resultando numa diminuição do recurso a cuidados hospitalares e reduzindo custos. _____

_____ 3 – Quem quer saúde ... paga! _____

_____ O custo de vida aumenta todos os dias, as taxas de juro sob empréstimo para aquisição de habitação sobem constantemente, a precariedade laboral leva à insegurança no futuro, o desemprego aumenta, as reformas diminuem cada vez mais na saúde a tendência é para todos os cuidados sejam integralmente pagos. Da mais simples consulta à urgência, do cuidado de saúde mais elementar aos exames indispensáveis, dos internamentos aos medicamentos, tudo isto exige custos de tal forma elevados que a maioria dos que vivem em Portugal não têm condições de suportar sendo-lhes negado um direito elementar, o direito à saúde. _____

_____ Uma cólica renal tratada e avaliada na urgência hospitalar (isto porque os CS ou não existem ou não possuem recursos para dar resposta) tem o custo de 25 a 30€, sem contar com os medicamentos que são precisos adquirir, além das futuras consultas e exames de controlo. Mesmo assim, a maioria dos utentes paga, mesmo quando ganham pouco mais que o salário mínimo nacional por mês, ou quando estão no desemprego prolongado ou mesmo quando ainda nem conseguiram o primeiro emprego. _____

_____ Não são raros os casos em que muitos utentes desistem de ser operados ou escondem as suas doenças, contudo quando se torna mesmo imperioso pagam as consultas, as análises, as radiografias, o internamento. Uma situação frequente como ser operado a uma hérnia custa entre 35 e 40€ em cirurgia de ambulatório, ou se necessitar de internamento entre 45 e 60€.

_____ Neste momento, já somos o país da Europa em que os utentes mais pagam pelo serviços de saúde – 40% dos custos são já suportados pelos utentes, quando no resto da Europa os diversos Estados suportam encargos com a saúde que variam entre os 78 e 85%.

_____ As taxas moderadoras têm um peso mínimo no financiamento do SNS, e penalizam grandemente as famílias em Portugal. Estas taxas constituem mais uma barreira no acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente as novas taxas de internamento e das cirurgias de ambulatório, que não dependem da decisão dos doentes.

_____ 4 – Custos com os Medicamentos.

_____ Também na política do medicamento e produtos de saúde, o governo transfere os custos para os utentes, desresponsabilizando o Estado da sua obrigação.

_____ Os preços dos medicamentos praticados em Portugal são elevados. Além disso, a participação dos doentes nos custos dos medicamentos é alta, devendo-se a uma baixa taxa de comparticipação por parte do Estado e a poucas isenções de custo, a fármacos com grandes níveis de utilização. Até a própria comissão técnica, no seu relatório, encomendado por este Governo, alerta para esta realidade.

_____ O acordo assinado entre este Governo e a Apifarma é uma evidente prova de cedência de interesses à indústria farmacêutica, transferindo grande poder a este sector, com graves prejuízos para o interesse público.

_____ Este protocolo determina uma receita mínima de lucro, proíbe a baixa de preços dos medicamentos até 2009, não obriga a abrangência do mercado hospitalar e estabelece um novo regime de preços. No cálculo do preço de referência, a introdução de mais um país para o estabelecimento da média entre os países de referência fará com que o preço dos medicamentos aumente.

_____ Como se não bastasse, o Estado ficou incumbido de promover o mercado de medicamentos não sujeitos a receita médica e foi determinada uma regra de devolução ao Estado, por parte da indústria, do excedente de encargos em medicamentos (encargos de comparticipação) que reverterá obrigatoriamente para um fundo de investigação científica de apoio à indústria farmacêutica, dando ainda a possibilidade de serem considerados custos e assim serem dedutíveis nos lucros para efeitos fiscais.

_____ Em relação aos preços dos genéricos, o governo permitiu a introdução de um novo escalão que reduz de 35% para 20% a diferença entre o medicamento de marca

e o genérico, sendo os utentes os mais prejudicados pela subida continua dos preços dos medicamentos.

5- Ataque aos trabalhadores do Sector da Saúde

Há muito tempo que vem sendo desenvolvida uma campanha política cujo objectivo é denegrir junto da população a imagem dos funcionários públicos, neste caso dos trabalhadores do sector da saúde, sendo apontados como privilegiados, culpados das despesas públicas e o seu trabalho considerado desvalorizado e menosprezado.

Deterioram-se as condições de trabalho, diminuem-se o número de trabalhadores por serviço, aumentam-se as cargas horárias, pretende-se destruir carreiras, diminuem-se os salários, aumenta-se a burocracia, obriga-se a todo o custo o controlo dos gastos, mesmo que todas estas medidas impliquem diminuição da qualidade dos cuidados.

Para trabalhar são admitidos funcionários com contratos precários que desempenham e colmatam necessidades permanentes, estando mesmo congelados os concursos para a admissão de novos funcionários para o quadro da Função Pública.

Entendemos que o vínculo público dos trabalhadores da Administração Pública, neste caso do sector de saúde, é fundamental para a responsabilização do Estado garantir a todos os cidadãos sem excepção o direito à saúde, sendo que a privatização dos vínculos laborais facilita e permite a sua entrega aos grandes grupos económicos privados com interesse nesta área.

Na sua proposta de Carreiras, Vínculos e Remunerações, o Governo revela as suas intenções: A saúde não é considerada como função nuclear do Estado e os seus trabalhadores, os que existem e os que são contratados, passarão a Contrato Individual de Trabalho. Isto é o que o Governo tenta impor aos trabalhadores.

Com esta ofensiva contra os trabalhadores do sector e a consequente perda de direitos, muitos são aqueles, que se formaram e se tornaram peritos no SNS, que estão agora ao serviço de entidades privadas, descapitalizando os serviços públicos.

6 – Destruição do Serviço Nacional de Saúde.

Tem sido reconhecido o bom desempenho do nosso SNS, que em 2001 foi considerado pela OMS o 12º melhor perante os critérios de avaliação utilizados.

A criação do SNS, uma das mais importantes conquistas da Revolução de Abril, revestiu-se de uma importância extrema, elevando o nível de qualidade dos cuidados de saúde prestados e permitindo uma notável cobertura da população portuguesa em serviços de saúde, tendo contribuído eficazmente para a melhoria dos indicadores sócio – económicos da nossa população e para a satisfação e motivação dos profissionais de saúde.

As posições deste Governo sobre a matéria são claramente de carácter economicista, visando exclusivamente o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e desresponsabilizando o Estado das suas funções sociais.

_____ Está provado que os serviços de saúde na sua competição directa com as estruturas privadas apresentam melhores resultados, melhor qualidade e com menos custos, não sendo coerente encerrá-los. _____

_____ A privatização, que visa apenas o lucro de certos grupos económicos com interesses nesta área, implica custos elevados ao Estado e à população e restringe o acesso universal aos cuidados de saúde. _____

_____ É urgente, tendo em vista a melhoria da eficiência do SNS, responsabilizar os cargos dirigentes e melhorar a gestão de recursos e a sua rentabilização. _____

_____ À população deve ser garantido o direito a ter acesso a cuidados de saúde com dignidade e qualidade, a ter acesso a todos os níveis de cuidados de saúde, desde os primários aos mais diferenciados. _____

_____ Aos profissionais do sector da saúde devem ser oferecidas melhores condições de trabalho e mais direitos, serem respeitados e dignificados no exercício das suas funções e, desta forma, se sentirem mais motivados para melhorarem cada vez mais o seu desempenho”. _____

_____ Este executivo solidariza-se em absoluto com todo o conteúdo acima transcrito, ficando ciente de que o mesmo corresponde à realidade actual neste País. _____

_____ **4 – Reclamação do Senhor Álvaro Gonçalves das Neves – Barrocal.** _____

_____ Foram apresentados pelo senhor Presidente três ofícios referentes a uma reclamação apresentada pelo senhor Álvaro Gonçalves das Neves: _____

_____ Carta Enviada à Presidência da República – “ Mais uma vez estou a escrever esta carta, porque estou revoltado por causa da pedreira do barrocal Pombal. _____

_____ Continua a vir no jornal alguns premenores, a câmara de Pombal fecha os olhos como o ministro de Coimbra igualmente. _____

_____ Estão a espera que haja mortos, feridos, etc para riagir. _____

_____ Continua as casas, reservas de águas e etc a serem fisuradas pelas pedreiras e camiões a ninguém faz nada. _____

_____ Aqui lhe envio a fotocopia do jornal de Pombal e algumas fotografias para ver o que os habitantes do barrocal estão a sofrer por causa da pedreira e dos camioes. _____

_____ Eu sou emigrante estou revoltado porque o P.D.G. da pedreira está a explorar a pedra no Valdão que e do povo e ninguém diz nada, so ficamos com o prejuisso. _____

_____ Sem mais enviando os meus mais sinceros cumprimentos. _____

_____ PS. Espero que o Senhor Presidente faça alguma coisa por este assunto”. _____

_____ Ofício da Casa Civil do Presidente da República dirigida à Câmara Municipal de Pombal – “ Encarrega-me o Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República de enviar a V. Ex^a, para os efeitos que tiver por convenientes, cópia da carta enviada pelo Senhor Álvaro Gonçalves das Neves.” _____

_____ Ofício da Câmara Municipal à Junta de Freguesia – “ Para conhecimento de V. EX^a e efeitos julgados por convenientes, junto remetemos cópia do ofício enviado pela Casa Civil do Presidente da República, referente ao Senhor Álvaro Gonçalves das Neves. _____

_____ O Executivo tomou conhecimento e manda arquivar. _____

_____ **5 – Aquisição de material para transporte de refeições à PR’ HOTEL.** _____

_____ Foi pelo senhor Presidente informado que havendo a necessidade imediata de material para transporte de refeições e porque a reunião do Executivo teria lugar apenas no dia vinte e seis do mês em curso, procedeu-se à aquisição de dois contentores em polipropileno Blancotherm 420K com dois containers GN1/1-150 e duas tampas no valor de mil e cem euros mais IVA e dois recipientes para sopa modelo 350LCD com capacidade de doze litro e setenta, no valor de quatrocentos e trinta euros, mais IVA perfazendo a quantia total de mil oitocentos e cinquenta e um euros e trinta e um cêntimos. _____

_____ O executivo deliberou por unanimidade ratificar a referida aquisição. _____

_____ **6 – Pedido de Subsídio.** _____

_____ Foi pelo senhor Presidente apresentado um pedido de subsídio do Grupo Folclórico da Região da Guistola, para apoio ao seu aniversário que se realiza no dia vinte e um de Outubro com um Festival de Folclore. _____

_____ O Executivo deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de duzentos e cinquenta euros. _____

_____ **7 - Ratificação de Facturas.** _____

_____ Foram pelo senhor Presidente apresentadas as seguintes facturas para ratificação: _____

_____ Eiffell School, no valor de trinta mil quinhentos e dezassete euros, referente ao pagamento de Actividades de Enriquecimento Curricular, referente aos meses de Maio e Junho. _____

_____ Município de Pombal, no valor de mil e trinta e três euros e oitenta e dois cêntimos, referente ao IVA do gasóleo dos primeiro e segundo trimestres de dois mil e sete, fornecido pelo Município. _____

_____ Município de Pombal, no valor de quatro mil novecentos e vinte e dois euros e noventa e sete cêntimos, referente ao consumo do gasóleo nos primeiro e segundo trimestres de dois mil e sete, fornecido pelo Município. _____

_____ Auto Mecânica da Confraria, no valor de cinco mil e quinhentos euros, referente ao veiculo ligeiro de mercadorias Renault Kangoo – matricula noventa e dois-dezassete-EU. _____

_____ 8 – 3ª Alteração ao Orçamento 2007. _____

_____ Foi pelo senhor Presidente apresentado a terceira alteração ao Orçamento dois mil e sete, dando a palavra ao Sr. Tesoureiro, que fez uma explanação detalhada, sobre os motivos que levaram às referidas alterações. _____

_____ O executivo após análise aos documentos apresentados, deliberou por unanimidade aprovar a terceira Alteração ao Orçamento dois mil e sete. _____

_____ 9 – Marcação de reuniões para o mês de Outubro _____

_____ Pelo senhor Presidente foi proposto que no mês de Outubro se realizem duas reuniões ordinárias nos dias oito e vinte e nove, esta última aberta ao público, ambas a efectuar pelas vinte e uma horas. _____

_____ O Executivo deliberou por unanimidade aprovar a proposta do senhor Presidente. _____

_____ Por nada mais haver a tratar o senhor presidente declarou encerrada a reunião, pelas vinte e três horas, da qual para constar se lavrou a presente acta que por todos vai ser assinada, sendo aprovada por unanimidade em minuta, nos termos do número três, artigo noventa e dois do Decreto – Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco A de dois mil e dois. _____

_____ O Presidente:

_____ O Secretário:

_____ O Tesoureiro:

_____ O Primeiro Vogal:

_____ O Segundo Vogal: